

Formação e atuação dos professores que desenvolvem atividades musicais em escolas públicas de Educação Básica

Daniele Isabel Ertel[1]
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS
Cristina Rolim Wolffenbüttel[2]
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa sobre a atuação de professores não formados em música que trabalham com educação musical nas salas de aula das escolas públicas de Educação Básica. Faz parte das investigações do Grupo de Pesquisa "Educação Musical: diferentes tempos e espaços" (CNPq), da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Esta investigação foi realizada através da utilização da abordagem qualitativa, tendo o estudo de caso como método e a realização de entrevistas, observações e coletas de documentos como técnicas para a coleta dos dados. Os dados foram organizados em cadernos de categorias, resultando em quatro cadernos distintos, os quais, posteriormente, foram analisados através da análise de conteúdo. Os resultados permitiram identificar atividades musicais em sala de aula através de audições musicais, trabalhos artísticos voltados à letra das obras trabalhadas em aula, construção de instrumentos musicais com materiais de sucata, ensino teórico-musical a partir da nomenclatura dos instrumentos musicais bem como dos demais parâmetros musicais (incluindo ritmo, harmonia e melodia), avaliações do conteúdo de música trabalhado em aula e práticas musicais com os instrumentos confeccionados a partir da sucata conjuntamente os demais instrumentos disponibilizados pela escola. Pela relevância que a temática da inserção da música nas escolas, entende-se que este estudo possa contribuir com a área da educação musical, impulsionando a aplicação da Lei nº 11.769/08, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas.

Palavras-chave: Educação Musical; música na Educação Básica; lei nº 11.769/08.

---

[1] Professora de Música, Graduada no Curso de Graduação em Música: Licenciatura pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e Cursista do Curso de Pós Graduação em Assistência Social, Ética e Direitos Humanos. É integrante do Grupo de Pesquisa "Educação Musical: diferentes tempos e espaços" (CNPq/UERGS). Atua no ensino de música na Educação Infantil e Ensino Fundamental junto a escolas da Rede Pública Estadual da Região do Vale do Caí,RS. É Regente da Orquestra Municipal de Flauta Doce de Salvador do Sul/RS, atuando na Oficina Municipal de Artes do município. Tem experiência na área de Artes, com ênfase na musicalização, ensino de instrumentos musicais (piano, teclado, flauta doce, violão e percussão) e regência das bandas escolares da Escola Estadual de Ensino Médio São Salvador, Escola Estadual de Ensino Fundamental Professor Auri Beschorner e Escola Estadual de Ensino Fundamental Arthur Weimer, atendendo crianças, jovens e adultos.

[2] Pós-Doutora e Doutora em Educação Musical pelo Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Mestre em Educação Musical e Licenciada em Educação Artística – Habilitação em Música, pela UFRGS. Especialista em Informática na Educação – Ênfase em Instrumentação, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Professora Adjunta do Curso Graduação em Música: Licenciatura, na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Coordenadora do Curso Graduação em Música: Licenciatura, na UERGS. Coordenadora do Curso de Especialização em Educação Musical para Professores da Educação Básica. Coordenadora dos grupos de pesquisa *Educação Musical*: diferentes tempos e espaços (CNPq) e *Grupo de Pesquisa em Arte*: criação, interdisciplinaridade e educação (CNPq), da UERGS. Coordenadora de Área; Artes, no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES/UERGS). Coordenadora dos *Centros Musicais*, do Programa *Brinca* e dos *Centros de Dança*, na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre. Representante do Rio Grande do Sul junto à Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM.

Introdução

Pesquisas apontam a falta da música no currículo escolar (DEL BEN, 2005; FUKS, 1991; SOUZA *et al*, 2002). Isto ocorre porque, "atualmente, poucas escolas da rede de ensino - na maioria, escolas particulares - oferecem educação musical desvinculada das demais artes, sob orientação de um professor especialista" (HENTSCHKE, 2000, p. 50). Entretanto, muitos dos professores atuantes nas escolas que têm ofertado aulas de música, em geral, não têm formação na área.

Desta forma, o propósito deste trabalho não foi o de definir métodos de educação musical, mas sim conhecer como a educação musical tem sido desenvolvida por professores não especialistas em música. É importante conhecer a atuação dos profissionais que atuam como professores de música nas salas de aula das escolas públicas, verificando as formas de implementação da Lei nº 11.769/08, e suas implicações práticas.

Partindo desses pressupostos, surgiram questionamentos que nortearam esta investigação: a música está sendo trabalhada no currículo das escolas públicas? Quais são as atividades musicais desenvolvidas em sala de aula por professores não formados em música? A escola prevê o desenvolvimento de algum trabalho ou apresentação musical? Quais os recursos disponibilizados pela rede pública de ensino para realização das atividades musicais? Qual tipo de formação musical é disponibilizado para que o professor esteja apto a trabalhar com educação musical em sala de aula?

Esta pesquisa objetivou investigar a atuação dos professores não formados em música que trabalham com educação musical nas salas de aula das escolas públicas de Educação Básica, justificando-se pela implantação da Lei nº 11.769/2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade da música nas escolas brasileiras.

Metodologia

Para a realização desta pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa e o método estudo de caso, particularmente o estudo multicasos - foram selecionados dois casos, sendo cada professora considerada um caso (GRAHAM, 2010;

COUTINHO, 2008). Entrevistas, observações e coleta de documentos foram as técnicas para a coleta dos dados.

Após a coleta dos dados, todo o material foi analisado a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), conhecendo os espaços e atividades musicais oferecidos e a visão de quem partilha o conhecimento musical.

A utilização da abordagem qualitativa possibilitou conhecer os diferentes tempos e espaços em que são ministradas as aulas curriculares de música nas escolas públicas investigadas, partindo dos depoimentos das professoras para a descrição e análise de conteúdo.

Referencial teórico

Os referenciais teóricos utilizados foram conceitos de Swanwick (2003) e a Legislação Brasileira, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996 (LDB nº 9.394/96).

Swanwick (2003) propôs um modelo para o ensino de música, o qual, no Brasil, foi denominado (T)EC(L)A, significando Técnica (T), Execução (E), Composição (C), Literatura (L) e Apreciação (A). Para França e Swanwick (2002):

> Na prática, os cinco parâmetros devem ser interrelacionados de forma equilibrada, oferecendo um leque de possíveis atividades curriculares. No entanto, a recomendação de equilíbrio não quer dizer que as três modalidades devem estar presentes em todas as aulas. Elas podem ser distribuídas ao longo destas, uma atividade sendo consequência natural da anterior, para que, ao final de um determinado período, os alunos tenham vivenciado uma série de experiências interrelacionadas. (FRANÇA; SWANWICK, 2002, p. 17).

A partir da proposta (FRANÇA, SWANWICK, 2002), entende-se poder pensar em uma educação que tenha como objetivo o desenvolvimento dos processos psicológicos que irão permitir e facilitar o acesso dos alunos à experiência musical, permitindo ao docente especificar em quais atividades está envolvendo os alunos.

Outro referencial teórico utilizado nesta investigação foi a legislação. Em uma visão de legislação, a educação musical passou a vigorar de uma forma polivalente, através da Lei nº 5.692/71, inserida na Educação Artística (BRASIL, 1971). Assim, à época, a Educação Artística compreendia as Artes Plásticas (denominação da época

para as Artes Visuais), a Música e as Artes Cênicas, que compreendia a Dança e o Teatro.

Posteriormente, em 1996, houve uma grande mudança na legislação em educação, com a LDB 9.394/96. Em se tratando das artes, tem-se a obrigatoriedade do ensino de Artes na Educação Básica. A partir desta lei tem-se a possibilidade de a escola oferecer o ensino de Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro, ou mesmo todas elas (BRASIL, 1996).

Contudo, com a Lei nº 11.769/2008, a Lei 9.394/96 passou a ser acrescida do artigo 6°, em que "a música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular" (BRASIL, 2008), fazendo parte do ensino polivalente das artes, instituído pela Legislação em 1996 (BRASIL, 1996). Ainda, segundo a Lei, o educador musical escolar não precisa, necessariamente, obter formação específica em música, visto que o artigo 2° que diz que: "O ensino da música será ministrado por professores com formação específica na área" fora vetado nos dispositivos desta Lei. Contudo, com a sanção da Lei nº 11.769, o panorama da presença da música e dos professores nas escolas começou a modificar.

Entende-se, desta forma, que a Lei nº 11.769/08 não defende a exclusividade do educador musical para ministrar o ensino de música. Mas, também, não sugere a exclusão desse profissional, relegando aos profissionais dessa área uma preocupação pertinente com a demanda para atuação especializada do ensino da música.

Resultados e análise dos dados

Esta pesquisa permitiu conhecer práticas de duas professoras de escolas públicas estaduais das cidades Feliz e Harmonia, ambas situadas no Rio Grande do Sul. Cada uma das docentes foi identificada diferentemente, guardando-se o anonimato, resultando a Professora A, de Harmonia, e a Professora B, de Feliz.

Ambas professoras atuam com o ensino curricular em Artes nas respectivas escolas públicas, sendo que a Professora A é formada no Curso de Licenciatura em Educação Artística (na época licenciatura curta) tendo, ainda, Licenciatura Plena em

Artes Visuais. A Professora B também tem formação superior, em Licenciatura Plena em Artes Visuais.

Ao atuar diretamente com educação musical, ambas professoras já tinham conhecimento da legislação, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996 (LDB 9.394/96) e a Lei 11.769/08. Ao ser questionada sobre a LDB 9.394/96 e a obrigatoriedade da música na escola, a Professora A destacou:

> É muito complicado isso! Depende de quem vai trabalhar, vai trabalhar muito a metodologia da música [...]. Então, é muito complicado fazer uma Lei que vem de cima para baixo. Tem que ter música, mas o que vai se trabalhar, como vai se trabalhar, e quem é o profissional que vai trabalhar? É muito arriscado para acontecerem grandes frustrações! Como é a mesma questão de Educação Artística, artes na escola, quando não tem professor formado! [...] Isso é muito complicado, com isso eu não concordo! Eu não concordo que se imponha a música se não tem profissional! (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2013, p.9).

Vê-se, assim, a importância da existência de um profissional com formação específica para atuar com música, ou mesmo com artes nas escolas, sendo que o mesmo deverá, ainda, atuar de forma polivalente. Essa integração só é possível a partir dos estudos e vivências das próprias professoras.

Para possibilitar este ensino de música, as Professoras A e B contam com cursos de formação continuada em educação musical, mesmo sem ter uma formação específica ou uma habilitação em música. A Professora B relatou ter um aperfeiçoamento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, além de estar cursando uma formação musical na cidade de Picada Café, onde estuda há dois anos.

Quanto à previsão de recursos físicos e/ou materiais didáticos para a realização das atividades musicais, a Professora A explicou que há materiais didáticos disponíveis na biblioteca da escola; porém, ela utiliza-os pouco. Diferentemente, a Professora B disse que não há uma previsão de recursos físicos para a realização das atividades musicais na escola. Mesmo sem espaços físicos, ambas docentes têm à disposição equipamentos eletrônicos para o desenvolvimento do trabalho musical, o que não resolve de todo a questão de materiais para o desenvolvimento das aulas de música, mas auxilia.

Quanto à realização de apresentações artístico-musicais destaca-se, ainda, que a Professora A atua com apresentações musicais na escola em datas comemorativas. De acordo com seu relato, são realizadas apresentações durante as festividades de emancipação de Harmonia – sua cidade natal, dia das mães ou dia de São João (CADERNO DE ENTREVISTAS, 2013).

Ambas professoras trabalham a música nesta perspectiva. A Professora B trabalha, ainda, com a confecção de instrumentos musicais, a partir de sucatas. O trabalho realizado com sucata baseia-se em um estudo musical. Além da exploração dos instrumentos musicais, há a aprendizagem sobre história da música e os estilos históricos. A este respeito, Swanwick (2003) argumenta sobre a importância do aluno consciente e eclético em suas práticas. Para o autor,

> [...] um dos objetivos do professor de música é trazer a consciência musical do último para o primeiro plano. Quando a música soa, seja lá quem a faça e quão simples ou complexos os recursos e as técnicas sejam, o professor musical está receptivo e alerta, está realmente *ouvindo* e espera que seus alunos façam o mesmo. (SWANWICK, 2003, p. 57).

O ensino de música de qualidade transcende o conhecimento teórico e/ou prático-musical. Ainda, as formas de educação musical aplicadas pelas professoras investigadas transcendem esse conhecimento empírico. Ao considerar os resultados desta investigação, podemos inferir significados às práticas educativas das Professoras A e B, destacando o trabalho instrumental realizado com sucata e as diferentes formas de audição musical.

Conclusões

Finalizada esta pesquisa, salienta-se o trabalho pedagógico-musical das professoras A e B, notadamente o trabalho instrumental com sucata e as diferentes formas de audição musical.

Observou-se que a música está sendo trabalhada no currículo das escolas públicas investigadas, através das atividades musicais desenvolvidas nas aulas de artes pelas Professoras A e B, investigadas neste estudo. Estas atividades musicais envolvem audições musicais, trabalhos artísticos voltados à letra das obras trabalhadas em aula, construção de instrumentos musicais com materiais de sucata,

ensino teórico-musical a partir da nomenclatura dos instrumentos musicais bem como dos demais parâmetros musicais (incluindo ritmo, harmonia e melodia), avaliações do conteúdo de música trabalhado em aula e práticas musicais com os instrumentos confeccionados a partir da sucata conjuntamente os demais instrumentos disponibilizados pela escola.

Ao finalizar esta pesquisa entende-se que, pela relevância que a temática da inserção da música nas escolas tem sido destinada, este estudo possa contribuir com a área da educação musical, impulsionando a aplicação Lei nº 11.769/08, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música nas escolas.

Referências

BARDIN, Laurence. **L'analyse de Contenu**. Press Universitaire de France, edições 70, 1977.

BEYER, Esther; KEBACH, Patrícia. **Pedagogia da música**: experiências de apreciação musical. Editora Mediação. Porto Alegre, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 5692/71**. Brasília: 1971.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96**. Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 11769/08**. Brasília: 2008.

COUTINHO, Clara Pereira, et al. **Estudo de caso**. Portugal: Universidade do Minho, 2008.

DEL BEN, Luciana. **Um estudo com escolas da rede estadual de ensino básico de Porto Alegre – RS**: subsídios para a elaboração de políticas de educação musical. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes, Departamento de Música. Porto Alegre, agosto, 2005.

FRANÇA, Cecília Cavalieri; SWANWICK, Keith. Composição, apreciação e performance na educação musical: teoria, pesquisa e prática. **EM PAUTA** – v. 13 – n. 21 – dezembro 2002.

FUKS, R. **O discurso do silêncio**. Rio de Janeiro: Enelivros, 1991.

GRAHAM, Andrew. **Estudo de caso, como escrever e usar estudos de caso para ensino e aprendizagem no setor público**. ENAP – Brasília, 2010.

HENTSCHKE, Liane (Org.). **Educação musical em países de línguas neolatinas**. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Porto Alegre, 2000.

PENNA, Maura. Professores de música nas escolas públicas de ensino fundamental e médio: uma ausência significativa**. Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 7, 7-19, set. 2002.

SOUZA, J. et al. A música na escola. In: **O que faz a música na escola?** Concepções e vivências de professores do ensino fundamental. Série Estudos. Porto Alegre, novembro, 2002.

SWANWICK, Keith. **Ensinando música musicalmente**. Tradução: Alda Oliveira e Cristina Tourinho. Editora Moderna. São Paulo, 2003.